

A ÁRVORE DA FILOSOFIA DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU

Felipe Augusto Mariano Pires¹

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de demonstrar, através da analogia com uma árvore, como interpretamos a obra de Rousseau. Nossa interpretação está dentro do tipo que enxerga o pensamento de Rousseau como um sistema. Mostramos que Rousseau parte de um tronco exposto logo nos seus primeiros escritos, que começa pela ideia da bondade original do homem, passa pela genealogia dos vícios e chega ao contrato social que institui o Estado. Neste ponto, há uma subdivisão em dois galhos principais, os do Estado legítimo e ilegítimo, que são duas circunstâncias nas quais o homem pode se encontrar. O Estado ilegítimo se divide em diversos galhos que são estratégias de como ser virtuoso em um Estado que vicia os homens. O Estado legítimo, por sua vez, divide-se em dois galhos, que são o próprio Estado justo e os princípios através dos quais um Estado ilegítimo pode aproximar-se, por adaptações, ao justo.

PALAVRAS-CHAVE: Rousseau; interpretação; sistema; circunstâncias.

ABSTRACT:

This article aims to demonstrate, through the analogy with a tree, how we interpret the Rousseau's work. Our interpretation is within the kind that sees the Rousseau's thought as a system. We showed that Rousseau begins from a trunk exposed in his early writings, beginning through the idea of the man's original goodness, passes through the vice's genealogy and reaches the social contract that establishes the State. At this point, there is a subdivision in two main branches, those of the legitimate and illegitimate State, which are two circumstances in which the man can find himself. The illegitimate State divides itself in several branches which are strategies of how to be virtuous in a State that vitiates men. The legitimate State, in its turn, divides itself in two branches, which are the just State itself and the principles by which an illegitimate State can get close, by adaptations, the just.

KEYWORDS: Rousseau; interpretation; system; circumstances.

Considerações iniciais

A árvore do conhecimento pode ser vista como o símbolo da trajetória do homem no mundo. Assim como a árvore, que começa com a semente e percorre um longo caminho até chegar aos frutos, a espécie humana percorre os séculos coletando pequenas ideias que germinarão e atingirão os céus no futuro. O homem que percorre os campos, guardando

¹ Mestrado em Filosofia, Bacharelado em Filosofia e Licenciatura em Filosofia, pela Universidade Federal de Pernambuco, e Bacharelado em Relações Internacionais pela Faculdade Integrada do Recife. Linhas de pesquisa e atuação: Política (Filosofia Política, História e Relações Internacionais); Ética e História da Filosofia.

anotações e pequenas amostras das diversas espécimes vegetais, tem a esperança de, um dia, comer um fruto doce e teme pelo amargor do amanhã. As árvores dão origem aos papéis que o homem rabisca com sua pena, tentando formar um tronco robusto de ideias, que seja forte o suficiente para mostrar qual é o melhor dos galhos a sustentar os balanços de gerações e gerações. Como será o futuro? Como é o mundo? O que eu sou? Para onde devo ir? Pergunta-se o homem errante, que erra pela vida, assistindo ao espetáculo do mundo, com suas variações de cenário que se dão em um fluxo contínuo. Quem eu fui? O que me resta? Cheguei onde devia? Pergunta-se o homem cansado de errar e que apenas descansa um pouco à sombra de uma das árvores do caminho.

A expulsão de Adão e Eva do jardim do Éden se deu pela perda da inocência, perda da própria bondade original, que, em última análise, é o desconhecimento do bem e do mal. A inocência tem uma característica peculiar: a imersão em uma ordem original das coisas, em um movimento original do Todo. Adão e Eva tinha tudo o que eles precisavam, a vida era silenciosa e os frutos eram, indiferenciadamente, doces. Todo o Todo era bom e tudo era como devia ser. Entretanto, um alerta divino conduz a um mistério, uma diferenciação no Todo: uma árvore. Um aviso de que cada criatura teria sido produzida individualmente. O pensamento desperta. O que estaria por trás daquela árvore? Por que apenas ela é proibida? Seria seu fruto mais doce do que os outros?

Com o pensamento, vem a percepção de que o homem sofre, de que o jardim tornou-se um vale de lágrimas. De repente, uma resposta surge: o homem sofre porque o homem é mau, porque contaminou as próximas gerações com uma maldade original. O Todo não existiria e nunca teria existido. Tudo não passava de um jardim ao qual o homem perdeu o direito. E tudo isso foi um caminho sem retorno, uma alteração na própria natureza do homem, que o colocou em posição contrária ao resto das coisas. Os descendentes de Adão e Eva já nascem maus e estão condenados a uma vida errante de dor e punição. As árvores ainda nos dizem alguma coisa? Como nos libertar deste destino? Jogados no som e na fúria, como voltar para um lugar do qual já nem lembramos? Um caminho é prometido, para um novo lugar, mas que não é deste mundo.

O pensamento de Rousseau representou um grande choque entre duas visões de mundo muito distintas, um choque que representou o próprio início da Modernidade, a redescoberta do pensamento da Antiguidade. O filósofo genebrino, nascido em uma república protestante, admirador dos filósofos antigos, tinha uma visão da natureza, do homem, da filosofia e da política muito mais próxima da Antiguidade do que muitos imaginam. Ao

mesmo tempo, o que é mais um dos paradoxos ligados a Rousseau, ele assume até as últimas consequências todas as tendências da modernidade, de modo que, a nosso ver, Rousseau é, ao mesmo tempo, o filósofo mais moderno dos modernos e o moderno mais ligado ao modo de filosofar antigo.

O principal objetivo deste artigo é mostrar um pouco do modo como lemos Rousseau, como, principalmente, compreendemos a sua filosofia e como entendemos a contribuição dos principais escritos para a exposição do seu sistema. Para isso, utilizamos uma analogia, que é a analogia da árvore, com seu tronco e seus galhos. A árvore é, de fato, um dos modos mais belos de simbolizar a natureza, e uma das mais belas homenagens a um dos homens que dedicou a sua vida ao estudo mais profundo desta: o estudo do Todo através do conhecimento de si mesmo. Para a realização deste trabalho, tomamos como primeiro passo percorrer a obra autobiográfica e a de defesa de Rousseau e observar o que ele diz sobre seus próprios pensamento e livros. Em seguida, observamos o que ele escreve como objetivo de cada um dos seus livros principais nos próprios livros em questão. Por último, fizemos a confrontação dos resultados com interpretação que já fazíamos anteriormente. Podemos adiantar que tudo isto não desmentiu a forma com a qual líamos Rousseau anteriormente, mas a engrandeceu enormemente. O texto a seguir é a exposição dos nossos resultados.

A iluminação de Vincennes

A “iluminação de Vincennes”, ocorrida em 1749, é o ponto de partida do pensamento filosófico de Jean-Jacques Rousseau. A partir da *Carta a Malesherbes*² (ROUSSEAU, 2009) e das *Confissões* (ROUSSEAU, 1964), podemos reconstruir a “iluminação”.

O filósofo Diderot, na época amigo de Rousseau, havia sido preso na Torre de Vincennes, devido ao seu escrito intitulado *Carta sobre os Cegos*, e tal fato deixou Rousseau em desespero, como ele descreve no Livro VII das *Confissões*. Quando Diderot foi retirado da torre e preso no castelo de Vincennes, onde podia circular pelo parque e receber os amigos, Rousseau passou então a fazer-lhe visitas de dois em dois dias, indo sempre a pé por falta de

2 Sobre as abreviações dos títulos das obras de Rousseau utilizadas neste trabalho, evitamos as feitas apenas com letras e escolhemos as formas mais comuns e intuitivas entre os trabalhos sobre Rousseau: *Primeiro Discurso* para *Discurso sobre as Ciências e as Artes*; *Segundo Discurso* para *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens*; *Emílio* para *Emílio ou Da Educação*; *Contrato Social* ou simplesmente *Contrato* para *Do Contrato Social ou Princípios do Direito Político*; *Júlia* para *Julie or the New Heloise: Letters of two lovers who live in a small town at the foot of the alps*; *Devaneios* para *Os Devaneios do Caminhante Solitário*; *Narciso* para *Narcise ou L'amant de Lui-même*; *Carta a Malesherbes* para *Carta a M. de Malesherbes*; *Carta a Beaumont* para *Lettre a Christophe de Beaumont*; *Confissões* para *As Confissões*.

dinheiro, por um caminho de árvores podadas que, no verão de 1749, ele descreveu, no Livro VIII das *Confissões*, como bastante quente. Devido ao calor e ao cansaço, Rousseau frequentemente deitava-se no chão, à sombra de uma árvore. Um dia, ele fez o trajeto trazendo consigo o *Mercúrio de França* (*Mercur de France*), onde ficou sabendo do prêmio da Academia de Dijon: “Se o progresso das ciências e das artes têm contribuído para corromper ou purificar os costumes”³.

Podemos considerar que a filosofia de Rousseau tem início neste ponto. Nas *Confissões* (Livro VIII), ele afirma que, assim que leu, viu outro universo e transformou-se em outro homem, mas os pormenores da “iluminação” são dados na *Carta a Malesherbes*, de 1762. Nesta carta, ele descreve a inspiração que teve ao ler a questão: como se seu espírito estivesse ofuscado por mil luzes, multidões de ideias surgindo ao mesmo tempo, a cabeça atordoada como se estivesse embriagado, palpitação, dificuldades de respirar enquanto caminhava, deixa-se cair sob uma das árvores do caminho, passa meia hora em grande agitação e, quando se deu conta, havia molhado toda a frente do casaco com suas lágrimas. Segundo Rousseau, ele não conseguiu descrever em sua obra a quarta parte do que viu na iluminação: todas as contradições do sistema social, os abusos das instituições e, principalmente, que o homem é naturalmente bom e se torna mal graças a estas. Segundo ele, seus três primeiros escritos (*Primeiro* (ROUSSEAU, 1999b) e *Segundo* (ROUSSEAU, 2012b; 1999b) *Discursos* e *Emílio* (ROUSSEAU, 2012e; 1995))⁴ trazem tudo o que ele pôde reter dessa iluminação, são “três obras que são inseparáveis e formam, juntas, um mesmo todo” (*Segunda Carta a Malesherbes*). De acordo com O’Hagan (1999), Rousseau não cita o *Contrato Social* (ROUSSEAU, 2012d; 1973) nesta ocasião por este ainda encontrar-se incompleto. Contudo, o *Emílio* traz em si as ideias presentes no *Contrato* de forma resumida.

Nas *Confissões* (ROUSSEAU, 1964; Livro VII), Rousseau continua a descrição, dizendo que o entusiasmo com a verdade, a liberdade e a virtude, trazido pela referida iluminação, durou nele por mais de quatro ou cinco anos. Afirma também que o *Primeiro Discurso* é ainda fraco: “A esta obra, cheia de calor e de força, falta porém em absoluto lógica e ordem; de todas as que me saíram da pena, é a de mais fraco discernimento e a mais pobre em número e harmonia” (p. 342).

3 No próprio *Primeiro Discurso* (ROUSSEAU, 1999b), a questão da Academia de Dijon vem redigida da seguinte forma: “Se o restabelecimento das ciências e das artes contribuiu para aperfeiçoar os costumes”.

4 É digno de nota a omissão de Rousseau em relação ao seu artigo da *Enciclopédia* sobre a Economia Política, que posteriormente foi denominado *Discurso sobre a Economia Política* (ROUSSEAU, 2012c).

O tronco do pensamento de Rousseau

Apesar de Rousseau o ter considerado uma obra fraca, o *Primeiro Discurso* (ROUSSEAU, 1999b) é a semente a partir da qual o tronco do pensamento de Rousseau será desenvolvido como exposição da bondade original do homem, da genealogia dos vícios e da relação destes com o surgimento das instituições. Esta ideia foi retomada no *Prefácio a Narciso* (ROUSSEAU, 2012i) e encontra-se plenamente desenvolvida do *Segundo Discurso* (ROUSSEAU, 2012b; 1999b).

Na *Advertência* do próprio *Primeiro Discurso*, diz que a obra é “quando muito medíocre” (ROUSSEAU, 1999b, p. 5). Todavia, o *Primeiro Discurso* rendeu a Rousseau o prêmio da Academia de Dijon. De acordo com as *Confissões* (ROUSSEAU, 1964), quando ganhou o prêmio em questão, Rousseau viu-se tomado pelo germe do heroísmo e da virtude depositado em seu coração pelo seu pai e por Plutarco. Decidiu, então, romper bruscamente com as máximas do seu século e viver como um ser livre e virtuoso, acima da fortuna e da opinião, bastando-se a si mesmo.

O início do *Primeiro Discurso* (ROUSSEAU, 1999b) já traz o objetivo deste: “O restabelecimento das ciências e das artes terá contribuído para aperfeiçoar ou para corromper os costumes? Eis o que se trata de examinar. Que partido devo tomar nesta questão? Aquele, senhores, que convém a um homem de bem que nada sabe e que nem por isso deixa de estimar-se” (p. 9). “Não é a ciência que maltrato, [...] é a virtude que defendo” (p. 9), pois “nossas almas foram se corrompendo à medida que nossas ciências e nossas artes avançaram para a perfeição” (p. 15; Parte I).

No Livro VIII das *Confissões* (ROUSSEAU, 1964), Rousseau considera o prefácio que escreveu para a sua obra *Narciso* (ROUSSEAU, 2012i) um dos seus bons escritos. Segundo ele, foi no *Prefácio a Narciso* que ele começou a colocar os seus princípios, que já estavam presentes, segundo vimos, de modo turbulento, no *Primeiro Discurso*, mais a descoberto. No próprio *Prefácio*, vemos que Rousseau já começa a tentar mostrar a si mesmo para o público e se defender de acusações dos críticos, atitude que é tida por ele como o objetivo do texto.

Ainda no Livro VIII das *Confissões*, Rousseau afirma que desenvolveu no *Segundo Discurso* (ROUSSEAU, 2012b; 1999b) seus princípios por completo. Trata-se da imagem e da história dos primeiros tempos do homem, colocando a nu a natureza deste, seguindo os progressos dos tempos e das coisas que o desfiguraram, mostrando, através da comparação do

homem atual com o homem natural, a origem das suas misérias no seu aperfeiçoamento e provando que os males do homem não provêm da natureza e sim dele mesmo.

Segundo Rousseau, o filósofo Diderot deu conselhos na escrita deste *Discurso*, conselhos estes que Rousseau posteriormente considerou o terem deixado na obra com um tom duro e um ar sombrio. De acordo com Rousseau, o trecho do filósofo tapando os ouvidos para se tornar insensível às lamentações de um infeliz veio de Diderot.

No próprio *Segundo Discurso* (ROUSSEAU, 2012b; 1999b), no texto introdutório e na primeira parte, Rousseau expõe os objetivos do livro. “É do homem que devo falar” (p. 235), assim começa e um pouco mais à frente continua: “Defenderei, pois, com confiança, a causa da humanidade perante os sábios” (p. 235). Avançando um pouco mais, entra diretamente no assunto:

De que se trata, pois, precisamente neste Discurso? De assinalar, no progresso das coisas, o momento em que, sucedendo o direito à violência, submeteu-se a natureza à lei; de explicar por que encadeamento de prodígios o forte pôde resolver-se a servir ao fraco, e o povo a comprar uma tranquilidade imaginária pelo preço de uma felicidade real (ROUSSEAU, 1999b, p. 235).

Deve-se aqui abrir um parêntese e lembrar que o forte, no caso, é o povo, e não uma pessoa forte. Em seguida, Rousseau continua, mostrando qual será o ponto de partida do discurso: “os filósofos que examinaram os fundamentos da sociedade sentiram todos a necessidade de voltar até o estado de natureza, mas nenhum deles chegou lá” (ROUSSEAU, 1999b, p. 235). O estado de natureza é o objetivo privilegiado do livro, o ponto inicial a partir do qual Rousseau poderá demonstrar a genealogia dos vícios no homem: “formar conjecturas extraídas unicamente da natureza do homem e dos seres que o circundam, acerca do que se teria transformado o gênero humano se fora abandonado a si mesmo. Eis o que me perguntam e o que me proponho a examinar neste Discurso” (ROUSSEAU, 1999b, p. 236).

O tronco do pensamento de Rousseau foi o pecado original que ele mesmo cometeu e que consiste especificamente em desmentir a doutrina do pecado original do Cristianismo, afirmando que o homem nasce bom, e em mostrar que as instituições, especialmente a Igreja e o Estado monárquico, perpetuando a desigualdade entre os homens, eram as responsáveis não por sua salvação, mas por seus vícios. Além disso, esta ideia principal mostra o Estado, em especial o monárquico, como o mecanismo sustentador da desigualdade entre os homens. Demasiadamente mais do que hoje, na época de Rousseau, a doutrina do pecado original significava diretamente poder sobre os homens, justificava o poder. Não devemos entender

esta afronta ao pecado original de forma simplista, mas levando em consideração toda a estrutura de poder envolvida, a época de Reforma e Contrarreforma e todo o conjunto de ideias que sustentava a união Igreja-Estado.

O *Primeiro e o Segundo Discursos* tornaram Rousseau conhecido, mas sua fama consolidar-se-ia por duas obras à primeira vista alheias aos círculos filosóficos, seu romance *Júlia* (ROUSSEAU, 1997) e a sua ópera *Le Devin du Village* (ROUSSEAU, 2012f), pela qual o rei da França queria dar a Rousseau uma pensão vitalícia, que o genebrino não aceitou (*Confissões* (ROUSSEAU, 1964)).

A punição de Rousseau por seu pecado

Como o pecado original cometido por Rousseau foi atingir a doutrina segundo a qual a natureza do homem sofreu uma transmutação do bem para o mal, a punição que Rousseau sofreu foi uma transmutação semelhante aos olhos do público. Segundo seus próprios relatos nas *Confissões* (ROUSSEAU, 1964), a reação negativa aos seus escritos começou de maneira dúbia, entre seu círculo de amigos. Contudo, as publicações no mesmo ano do *Emílio* (ROUSSEAU, 2012e; 1995) e do *Contrato Social* (ROUSSEAU, 2012d; 1973) deram início a uma escalada de ataques diretos, envolvendo publicações de textos, queima de livros e até dois éditos de prisão.

“*Eu era um ímpio, um ateu, um exaltado, um furioso, um animal feroz, um lobo. [...] O redator da Paz Perpétua atíça a discórdia; o editor do Vigário Saboiano é um ímpio; o autor da Nova Heloísa é um lobo; o do Emílio um furioso*” (ROUSSEAU, 1964, p. 571; Livro XII), assim Rousseau descreve a atitude da imprensa após seu livro, o *Emílio*, ter sido queimado em Genebra e terem emitido dois decretos de prisão contra ele, um em Paris e o outro em Genebra. Segundo Rousseau, como ele não podia chegar às causas primeiras desse levante contra ele, que se deu de uma só vez em toda a Europa, teve a certeza de um complô. Alguns intérpretes consideram que este complô, em grande medida, foi fruto da mente de Rousseau. Nós consideramos que, se tomarmos a época em que ele viveu e as fortes alianças entre Igreja e Estado que existiam, não esquecendo o controle sobre a opinião pública que tais instituições eram capazes de exercer naquele período, Rousseau tinha motivos de sobra para acreditar em um complô, afinal, seu livro foi queimado e foram emitidos dois éditos de prisão contra ele. Contudo, provavelmente não era tudo influência do que ele chamava “panelinha holbachiana”, como afirmado nas *Confissões* (ROUSSEAU, 1964), mas, como ele se

convence posteriormente nos *Devaneios* (ROUSSEAU, 2017), das grandes instituições que dominavam a Europa: Igreja e Estado monárquico.

A interpretação do trabalho de Rousseau teve uma grande influência desta reação contemporânea a ele, hostil e difamatória, recheada de adjetivos. É um modo de interpretação que se consolidou e que possui algumas características gerais. Com o advento da Revolução Francesa, a crítica hostil e difamatória a Rousseau ganhou uma enorme força, resultado das ideias dos autores contrarrevolucionários, que saíram em defesa do sistema monárquico. Podemos dizer que estes dois pontos transmissores, que possuíam os mesmos objetivos em épocas não muito distantes, reverberam até hoje⁵.

Baseando-se nos trabalhos de Gustave Lanson (2006) e Peter Gay (1999), pudemos levantar alguns dos adjetivos atribuídos a Rousseau, como individualista, coletivista, exasperado, socialista, autoritário, despótico, democrata, monarquista, poeta, retórico, charlatão, louco, exagerado, revolucionário, romântico, libertador, mártir, racionalista, irracionalista, defensor da propriedade privada, deísta, católico, protestante, puritano, emocional e permissivo. Poderíamos continuar citando muitos outros, contudo, o mais importante é que, primeiro, devemos perceber, a partir destes, que muitas interpretações de Rousseau foram contraditórias umas com as outras, que o genebrino foi acusado muitas vezes de pertencer a polos muito opostos, e, segundo, observar as características gerais deste tipo de interpretação.

Podemos demonstrar tais características gerais através de três passos:

Primeiro: categorizar.

Segundo: dividir, não enxergar o todo, fazer afirmações precipitadas, retirar do contexto.

5 A interpretação contrarrevolucionária, onde se situam Burke e De Maistre, a qual procura criticar Rousseau como um dos irresponsáveis causadores da Revolução Francesa. Os dois o enxergam como um representante privilegiado dos ideais iluministas que levaram à Revolução Francesa e De Maistre vai mais além e o acusa de encarnação da impiedade política (Gay, 1999). Os dois autores buscam uma defesa da monarquia hereditária. De Maistre (1996) claramente vê a Revolução Francesa como uma quebra da ordem divina do mundo e vê Rousseau como um dos criadores da persuasão que conduziu os homens até os acontecimentos da revolução. Em seus comentários sobre Rousseau, no qual ele faz uma defesa do regime monárquico, o tom é de hostilidade, desprezo e deboche. Entre os ataques, De Maistre afirma que a descrição do *Segundo Discurso* sobre o homem natural, em vez de ser filosófica, é apenas histórica e somente poesia, que Rousseau se expressa baseado em nada, não sabe o que quer provar, não tem plano ou sistema, abusa das palavras, com uma linguagem antifilosófica, um pensamento cheio de erros e contradições cuja fonte foi o espírito do seu século, que algumas de suas passagens são depravações, etc. No mesmo sentido, Burke (1999) afirma que os ingleses não perderam a generosidade e dignidade do pensamento do século XIV, que não são convertidos de Rousseau ou discípulos de Voltaire, que os princípios de composição de Rousseau é o de um mero produtor de maravilhas, etc. Devemos considerar que tanto a interpretação dos contemporâneos de Rousseau quanto a dos contrarrevolucionários estão bastante ligadas à defesa da monarquia e dos dogmas religiosos.

Terceiro: adotar uma posição de superioridade, tomando Rousseau como um filósofo “menor”.

A lista de adjetivos que levantamos e expusemos anteriormente nos mostra que muitos intérpretes tentaram colocar Jean-Jacques Rousseau em categorias que pertenciam às suas próprias épocas e preocupações e não às de Rousseau.

Além disso, a grande maioria dessas interpretações enxergaram a obra do *citoyen de Genève* não em seu todo, mas tomando partes pelo todo, ou seja, uma interpretação não-unitarista, seja afirmando contradições, seja afirmando um desenvolvimento. Conforme Lanson (2006), estas interpretações têm como tendência retirar as frases de Rousseau do contexto, aliando-as a intencionalidades diversas, além de sempre haver um jogo de colocar uma sentença descontextualizada contra a outra como uma suposta prova de contradição e de transformar livros inteiros em fórmulas únicas, como: *Segundo Discurso* – individualismo antissocial; *Contrato Social* – socialismo autoritário ou igualitarismo democrático; e *Júlia* – aristocracia patriarcal.

Lanson (2006) também aponta o fato de que, geralmente, esses intérpretes adotam uma posição de superioridade ao próprio Rousseau, o que pode também ser atribuído à lista de autores fornecida por Gay (1999).

O trabalho de Gay (1999) nos fornece uma classificação de algumas das principais tendências de interpretação de Rousseau anteriores ao século XX. Ele nos mostra as interpretações mais gerais, do Rousseau individualista e do Rousseau coletivista, nas quais entram a maior parte das categorias éticas e políticas, e as suplementares, do Rousseau confuso e desarticulado, da hostilidade permanente dentro do próprio pensamento de Rousseau e da fusão do pensamento de Rousseau com a sua própria vida, analisando o homem ao invés da obra, diluindo suas ideias em sua biografia. O trabalho de Putterman (2010) nos fala sobre uma interpretação muito frequente, mas que não se encontra expressamente no trabalho de Gay (1999), que é a do Rousseau utópico, na qual o *Contrato Social* é visto como um livro utópico, um tratado idealístico.

Para um maior aprofundamento na discussão sobre este tipo de interpretação sugerimos conferir principalmente os textos de Gay (1999) e Lanson (2006).

Dois retratos da inocência

Assim como Adão e Eva no Paraíso é um retrato que o Cristianismo faz da inocência, Rousseau também parte de um retrato desse tipo, que podem ser encontrados no *Segundo Discurso* (ROUSSEAU, 2012b; 1999b) e em *Júlia* (ROUSSEAU, 1997). No *Segundo Discurso*, a inocência está presente tanto no homem natural, o que é óbvio, já que este ainda não desenvolveu a consciência, quanto no homem que vive já em sociedade, mas em pequenas aldeias. Em *Júlia* encontra-se simplesmente nos sentimentos, o cenário existe mais para despertar sentimentos no leitor.

Foi o progresso, para Rousseau, o verdadeiro pecado original do homem. Como dito no *Segundo Discurso* (ROUSSEAU, 2012b; 1999b), aquele que sai do estado de natureza, ainda passa por alguns estágios de uma vida de virtude, de populações pequenas, de pequenas aldeias onde uns estão a favor dos outros, ainda integrados na natureza. É uma fase ainda de inocência. Ao contrário, na sociedade moderna, o homem coloca-se mascarado em frente aos outros, uns contra os outros, e o estado de natureza degenera-se em estado de guerra. Este processo termina por levar à escravização da maior parcela dos homens, o que é consolidado pelo contrato social que institui o Estado ilegítimo.

O *Segundo Discurso* (ROUSSEAU, 2012b; 1999b) tem a característica de fazer uma narração histórica da trajetória de queda do homem, mas esta revela princípios que podem ser aplicados à vida de qualquer um. As pequenas aldeias simbolizam um estado de inocência que, mesmo que o homem não viva numa dessas aldeias, ainda está presente nele, muitas vezes encoberto pelas circunstâncias sociais. De forma que a inocência não é algo que simplesmente se perde e não se tem retorno, mas algo que permanece no homem e que pode ser restaurado através dos sentimentos. Um exemplo disso é o romance *Júlia* (ROUSSEAU, 1997), que partiu dos devaneios inocentes de Rousseau e foi feito para despertar os mais puros sentimentos no leitor.

Os comentários de Rousseau nos Livros IX e XI das *Confissões* (ROUSSEAU, 1964) mostram a correlação entre este romance e os princípios filosóficos estabelecidos em seus escritos anteriores. Segundo ele, *Júlia* foi construído como uma história de duas amigas com caracteres diferentes, imperfeitos, mas nos quais estavam presentes a benevolência e a sensibilidade. Construiu então um personagem amante de uma e amigo da outra, e que era a identificação de si mesmo. Seguiu na história de forma que não houvesse rivalidades, querelas, ciúmes ou qualquer coisa que considerasse degradar a natureza. Escolheu como

cenário um local sem muita decoração ou arte (Vevay, terra natal de Madame de Warens), mas com uma boa riqueza e variedade de ambientes. A função da natureza do local seria deslumbrar os sentidos, comover o coração e elevar a alma. Além disso, o livro buscou trazer à imaginação uma grande quantidade de objetos e sentimentos agradáveis.

Segundo Rousseau, as duas primeiras partes de *Júlia* foram escritas sem planejamento, para dar vazão ao seu impulso de amar. Contudo, Rousseau viu na escrita de *Júlia* uma contradição com os seus princípios e máximas expostos nos escritos anteriores, sentindo que a severidade e a austeridade dos mesmos não combinavam com os romances deste tipo, cheios de amor, fraqueza e efeminação. A conciliação disso foi dirigir-se à utilidade da moral, através do retrato da inocência. Portanto, a história traz uma jovem de coração terno e honesto, que se deixa levar pelo amor, mas que, posteriormente, adquire forças, vence-o e recupera a virtude. Os objetivos mais visíveis do livro seriam coisas como os costumes e a honestidade conjugal e os mais amplos a concórdia e a paz pública. Para Rousseau, “O que [...] dela fará sempre uma obra única, é a simplicidade do tema e o encadeamento do interesse que, concentrado em três pessoas, se mantém durante seis volumes, sem episódios, sem aventuras romanescas, sem maldade de espécie nenhuma, nem nos personagens, nem nas ações” (ROUSSEAU, 1964, p. 528; Livro XI).

Entretanto, *Júlia* é um retrato da inocência, capaz, pelo menos em seu objetivo, de estimular no leitor os sentimentos que fazem parte desse estado, que são aqueles mais originais do homem e que tendem para o bem em sociedade, mas não propriamente uma estratégia para livrar-se dos vícios⁶. Entre as estratégias mostradas por Rousseau para o homem sair da condição de vício e miséria na qual se encontra, das quais falaremos mais à frente, são o *Emílio* (ROUSSEAU, 2012e; 1995), o *Contrato Social* (ROUSSEAU, 2012d; 1973), a *Moral Sensitiva* (ROUSSEAU, 1964) e os *Devaneios* (ROUSSEAU, 2017).

Como enxergar a árvore do pensamento de Rousseau?

O pensamento de Jean-Jacques Rousseau parece rejeitar qualquer categorização, contudo, ele é um dos filósofos mais categorizados. Talvez este seja apenas mais um dentre os muitos paradoxos que podem ser atribuídos ao pensador de Genebra. Todavia, tais categorizações sempre parecem muito apressadas, dando mesmo a impressão de que aquele

⁶ Podemos considerar como uma estratégia, muito ligada a *Júlia* (ROUSSEAU, 1997), a do amor e da amizade, muito buscada por Rousseau em sua vida, como dito nas *Confissões* (ROUSSEAU, 1964), mas não exposta teoricamente. Mas *Júlia* seria mais propriamente um retrato.

que fez o comentário apenas estava procurando algumas sentenças da obra de Rousseau para encaixar seu pensamento em alguma categoria que considere difamatória. O próprio Rousseau, em seu diálogo *Rousseau, Juge de Jean-Jacques* (ROUSSEAU, 2012j; 1990), faz esta observação, na boca do personagem Rousseau, que diz ao Francês para ler com atenção os livros de Jean-Jacques, que representa nos diálogos o próprio Rousseau⁷.

De fato, um dos intérpretes de Jean-Jacques Rousseau mais negligenciados até o início do século XX foi o próprio Rousseau. Esta feliz observação de Peter Gay (1999) ganha ênfase pelo fato de muitos dos estudiosos em questão conhecerem as observações do cidadão de Genebra sobre sua própria obra, que se encontram em livros e cartas historicamente muito difundidos nos quais Rousseau traça sua autobiografia ou procura se defender de acusações, como *As Confissões* (ROUSSEAU, 1964), *Rousseau Juge de Jean-Jacques* (ROUSSEAU, 2012j; 1990), *Os Devaneios do Caminhante Solitário* (ROUSSEAU, 2017), a *Carta a Malesherbes* (ROUSSEAU, 2009), a *Carta a Beaumont* (ROUSSEAU, 2012g; 2001) e as *Cartas Escritas da Montanha* (ROUSSEAU, 2012h), e as terem ignorado⁸.

O objetivo primeiro para uma interpretação mais justa com o próprio Rousseau é enxergá-lo como o comentarista privilegiado de sua própria obra, “levar Rousseau a sério”, parodiando o feliz título de O’Hagan (2004). Os comentários de Rousseau sobre sua própria obra não são simplesmente afirmações esparsas e sem consequências. Ele afirmou e reiterou muitas vezes algumas considerações sobre seus livros. Após isso, consideramos que uma abordagem da obra de Rousseau através de uma leitura compreensiva, filosófica e sistemática, de uma posição de maior humildade, adentrando nos comentários que Rousseau faz de sua própria obra nos seus escritos autobiográficos e de defesa, buscando a compreensão do todo do pensamento para enxergar, a partir deste, cada parte, satisfaz melhor o bom senso e, principalmente, permite que Rousseau nos ensine algo.

Não estamos defendendo que exista uma única interpretação correta de Rousseau, mas alguns princípios condizem mais com a trajetória e os comentários do filósofo de Genebra e não ferem a racionalidade do intérprete. Citaremos dois conjuntos destes princípios, levantados por estudiosos da obra de Rousseau que buscam esta interpretação mais

7 No livro *Rousseau Juge de Jean-Jacques* (ROUSSEAU, 2012j; 1990) há dois personagens ativos, Rousseau e o Francês. Esses dois conversam sobre a personalidade e a obra de um terceiro, Jean-Jacques, que é o próprio Rousseau. O Francês, tendo uma opinião preconceituosa da obra de Jean-Jacques, reconhece que não havia lido a obra e é convencido por Rousseau a fazer uma leitura cuidadosa, mudando completamente de opinião sobre Jean-Jacques, tanto sobre o homem quanto a respeito da obra.

8 Os escritos considerados como a obra autobiográfica de Rousseau são as *Confissões* (ROUSSEAU, 1964), *Rousseau Juge de Jean-Jacques* (ROUSSEAU, 2012j; 1990) e os *Devaneios* (ROUSSEAU, 2017). As outras obras citadas neste trabalho nas quais o genebrino fala dele mesmo, e que possuem trechos autobiográficos, podem ser considerados escritos de autodefesa.

abrangente do seu pensamento. Tais princípios resultam em uma abordagem quase praticamente inversa daquela comentada anteriormente.

Primeiro: Enxergar Rousseau como um filósofo “maior”. Não categorizar. Ser ensinado por Rousseau.

Segundo: Não dividir. Não descartar partes. Abordar a obra compreensivamente, como um sistema. Entender a autobiografia e os escritos de defesa como orientadores à compreensão. Compreender as influências de Rousseau.

Shklar (1969) diz que interpretar Rousseau é uma questão de tomar decisões, das mais abstratas às mais práticas. Só a delimitação de um assunto já envolve muitas decisões, nas quais deixa-se de lado muitas das considerações mais interessantes. Segundo ela, quando se está lidando com pensadores políticos menores, é mais frequentemente interessante tratá-los dentro de um panorama histórico mais amplo no qual estão inseridos. O interesse é maior no mundo que os cercou do que propriamente nas suas ideias. Já os grandes são eles mesmos sua própria história, eles desafiam a classificação, desafiam os sistemas aceitos. Shklar afirma: se os vários rótulos classificatórios fossem mesmo apropriados, os grandes pensadores políticos não teriam nada a nos dizer, nem nos incomodaríamos em classificá-los. Pelo contrário, os grandes pensadores políticos têm muito a dizer para nós, segundo Shklar eles nos educam. Devemos interpretar o pensador de modo que sejamos diretamente ensinados por ele.

Analisando a liberdade em Rousseau, McDonald (2010) vê a necessidade de se ver a obra de Rousseau cruzando as disciplinas nas quais é historicamente estudada, saindo do esquema de textos antropológicos serem estudados em departamentos de antropologia e sociologia, textos sociopolíticos em departamentos de ciência política, romance e autobiografias em departamentos de letras, etc. Em consequência, os estudos voltados à área de filosofia não deveriam ficar restritos àqueles trabalhos considerados “filosóficos” de Rousseau. Gauthier (2006) também relata a necessidade de trazer o educador, o antropólogo, o teórico político e o confessionalista para a mesma conversa. Ele afirma que a maioria das pessoas que têm algum contato com Rousseau o tem de uma forma muito limitada, lendo o *Segundo Discurso* e o *Contrato Social* em um curso de Filosofia ou lendo o *Emílio* em uma cadeira no Departamento de Educação ou *As Confissões* e *Os Devaneios* em um trabalho do curso de Letras, mas ficam sem saber como cada um desses livros se posiciona no todo da obra de Rousseau.

Contudo, McDonald (2010) salienta a dificuldade de se fazer isso, já que na obra de Rousseau não há uma continuação linear entre um texto e o próximo. A obra de Rousseau dá

saltos lógicos entre um trabalho e outro e cria mesmo rupturas dentro de um mesmo trabalho. Sobre tal dificuldade, Simpson (2006), por sua vez, salienta que a maior parte das obras de Rousseau foram escritas respondendo a demandas específicas, de forma que elas não apresentam um sistema facilmente interligável ou uma progressão clara.

Outra dificuldade apontada por McDonald (2010) é explicar o surgimento das ideias de Rousseau partindo de suas influências, como ele tratou essas influências e como sua biografia contribuiu para isso. Friedlander (2004) pensa a relação entre a autobiografia e a filosofia. Seria a autobiografia um possível estilo de filosofia ou não teria ela nenhuma relação com o modo com o qual a filosofia tenta falar de verdades universais? Ele responde afirmando que a autobiografia estende conceitos filosóficos e mostra os significados que uma vida pode possuir. Friedlander (2004) procura entender *Os Devaneios* através das outras obras de Rousseau. Seu livro é apenas sobre *Os Devaneios*, mas, segundo ele, não pode ser lido apenas este livro, pelo contrário, cada livro do filósofo deve ser entendido a partir do todo da obra. Sobre a relação entre biografia e pensamento, Shklar (1969) questiona se a biografia do autor é importante para abordarmos o seu pensamento. Segundo ela, em alguns casos não, mas no caso de Rousseau é muito, pois as *Confissões* foram um ato público e uma parte integral da sua posição moral. Segundo a intérprete, Rousseau enxergou sua filosofia pública como uma expressão de seus sentimentos.

Goldschmidt (1983) afirma que o pensamento de Rousseau é um sistema. Contudo, pode-se sempre argumentar que Rousseau estava equivocado sobre ele mesmo. Contudo, não se faz isso jogando os escritos autobiográficos contra os filosóficos, mas tentando reconstruir o sistema. O *Segundo Discurso* desenvolve seus princípios (*Confissões*), que são inteiramente expostos nesse escrito. Todo o desenvolvimento do sistema pressupõe esses princípios. Cada vez que uma comparação entre os dois primeiros discursos se faz com os escritos posteriores, reafirma-se os princípios do sistema. Shklar (1969) salienta que Rousseau começou a escrever apenas quando atingiu a meia-idade. Ele escreveu seu romance e suas obras filosóficas num espaço de tempo de uma década. Então veio um segundo período, das autobiografias. Nada foi adicionado à fase anterior e o espírito das autobiografias não contradizem o período anterior. Nada é ganho buscando contradições em Rousseau, sua unidade se impõe muito mais do que seus eventuais lapsos. Marks (2005) afirma que não se deve descartar aspectos importantes do pensamento de Rousseau para salvar a sua coerência e que o pensamento de Rousseau é coerente nos seus próprios termos.

No livro *Rousseau Juge de Jean-Jacques* (ROUSSEAU, 2012j; 1990), o próprio Rousseau nos fornece o método de ler a sua obra. E este método é o que assume maior profundidade e que leva por si mesmo o leitor a derivar todos os princípios expostos anteriormente. No terceiro diálogo, Rousseau afirma, na voz do Francês, que seus livros contém coisas que foram profundamente pensadas, que formam um sistema coerente, que, se não verdadeiro, não oferece nada contraditório. Para julgar o verdadeiro objetivo destes livros, não se pode simplesmente separar algumas sentenças, mas consultar a si mesmo durante a leitura e examinar as disposições de alma nas quais os livros colocam e deixam o leitor. Esta é a melhor forma. Assim se encontra apenas uma doutrina saudável e simples, dirigida apenas para a felicidade da espécie humana.

No mesmo livro, ele continua afirmando que é preciso abarcar o todo do sistema para emitir um julgamento. Segundo ele, seus livros “respiram as mesmas máximas” (ROUSSEAU, 2012j; 1990, p. 46), não são uma coleção de pensamentos sem ligação nos quais a mente do leitor pode descansar, pelo contrário, eles requerem uma atenção consistente, uma leitura com esforço, várias leituras, no sentido de que cada livro seja visto através do grande princípio da bondade original do homem e da posterior depravação e miséria por obra da sociedade.

Um dos objetivos para o qual Rousseau escreveu seus livros seria tornar o leitor melhor do que antes, mais humano, mais justo, um resultado prático para a virtude. Para isso, ele orienta o leitor a ver como as passagens se apresentam naturalmente a seu espírito, consultando a disposição de coração na qual as leituras colocam o leitor. Essa disposição, por si só, esclareceria o verdadeiro sentido do livro.

Este lado mais prático para a virtude visaria retificar o erro dos julgamentos de quem lê, diminuindo o progresso dos seus vícios e, ao mesmo tempo, mostrando que, onde normalmente se procura glória e renome, encontra-se apenas erros e misérias. Não haveria o objetivo de fazer povos populosos ou grandes Estados acabarem com as suas instituições, que são paliativos, e voltarem à simplicidade original, mas deter o progresso daqueles que ainda não deterioraram, por seu pequeno tamanho. Seu pensamento é voltado à sua terra natal e aos pequenos Estados, servindo aos outros para simplesmente mudar os objetos que estimam e desacelerar sua decadência.

Na *Carta a Beaumont* (ROUSSEAU, 2012g; 2001), de 1763, Rousseau fala abertamente no seu sistema, utilizando esta própria palavra. No Livro IX das *Confissões* (ROUSSEAU, 1964), Rousseau afirma: “Tudo o que há de ousado no *Contrato Social* existia

anteriormente no *Discurso sobre a Desigualdade*; tudo o que há de ousado no *Emílio* existia anteriormente na *Júlia* (p. 394). Segundo ele, todos os seus princípios mais ousados já haviam aparecido em seus escritos anteriores ao *Emílio* e ao *Contrato Social*: “a profissão de fé desta mesma Heloísa agonizante é exatamente a mesma do Vigário saboiano” (p. 394).

Na mesma carta (ROUSSEAU, 2012g; 2001), afirma que escreveu sobre vários assuntos, mas sempre com os mesmos princípios, moralidade, crenças, máximas e modos de pensar. Nesta carta, Rousseau nos fornece, de forma resumida, o itinerário da sua filosofia, em quatro estágios. De fato, Rousseau só fala expressamente em três estágios, mas o quarto fica implícito.

Na carta, Rousseau diz que aquilo que foi descoberto por ele na “iluminação de Vincennes”, que o homem é naturalmente bom, é o princípio fundamental da moralidade. A natureza do homem é boa, o homem ama naturalmente a justiça e a ordem, os primeiros movimentos naturais do homem estão sempre corretos.

O primeiro estágio é o do homem natural, que nasce com uma única paixão, o *amour de soi*, que é, em si, indiferente ao bem e ao mal, e que é apenas por acidente, pelas circunstâncias, que ela se torna boa ou má. Aqui nós podemos ver o papel crucial das circunstâncias no pensamento de Rousseau. É a partir de determinadas circunstâncias, de forma não-natural, que surgem os vícios no homem. A bondade natural no homem natural da qual Rousseau fala está no fato de que o mesmo possui uma consciência nula e que, portanto, só conhece a si mesmo, está limitado ao seu instinto físico, não enxergando seu bem-estar como oposto ao de outro homem.

É esta oposição entre um homem e outro que vai determinar o que são os vícios e que marca o segundo estágio do homem no pensamento de Rousseau: o homem em sociedade, mas ainda essencialmente bom. Este homem, que antes era fechado em si mesmo, começa a comparar, a adquirir consciência, conhecimento e ambição, começa a olhar para seus semelhantes, a ver relações entre os homens e as coisas, a adotar noções de propriedade, justiça e ordem. Aqui os interesses dos homens começam a se cruzar e a se chocar, o que determina as virtudes e os vícios. Contudo, neste ponto há mais convergência entre os homens do que conflitos de interesses, e o homem continua sendo essencialmente bom.

O terceiro estágio seria já o estado de guerra. Todos os agitados interesses particulares finalmente colidem, o *amour de soi*, colocado em fermentação, torna-se *amour-propre*. O universo torna-se necessário a cada homem, fazendo com que todos sejam inimigos. Nenhum homem encontra mais seu próprio bem em outra coisa que não o mal do

outro. Então a consciência é subjugada pelas paixões. Cada homem passa a fingir querer sacrificar seus interesses pelos interesses públicos, mas todos estão mentindo. Nenhum quer o bem público, a menos que este concorde com o seu próprio.

O quarto estágio, que Rousseau deixa apenas implícito na carta em questão, seria a parte do contrato social, mas Rousseau não entra em muitos detalhes sobre este na carta. “É aqui que eu começo a falar uma língua estrangeira” (ROUSSEAU, 2012g, p. 19; tradução nossa), ele afirma. Este quarto estágio seria o objetivo do verdadeiro filósofo político, aquele que procura fazer o povo feliz e bom. Como mais nenhum homem quer o bem público a menos que este concorde com seu bem particular, o filósofo político deveria encontrar os meios de, coletivamente, encontrar tal concordância.

Com isso, temos o itinerário do seu pensamento descrito pelo próprio Rousseau. Este itinerário compõe o próprio tronco do pensamento do *citoyen de Genève*. O primeiro passo do pensamento do genebrino foi mostrar, partindo da bondade original do homem, como, primeiro, os vícios nascem neste, seguindo a genealogia dos vícios para demonstrar como o homem se torna quem ele é devido à deterioração contínua dessa bondade original, mostrar, em seguida, como aquisição desses vícios coloca os homens em uma situação de todos contra todos e, por fim, mostrar a saída desse estado através do objetivo do verdadeiro filósofo político, encontrar a concordância entre vontade particular e vontade pública.

Veremos logo adiante que a saída do estado de vícios e miséria, que representa esse quarto estágio, é onde o tronco do pensamento de Rousseau começa a se dividir em galhos. A saída para a humanidade em sua totalidade vai no sentido do dever do verdadeiro filósofo político descrito por Rousseau. Todavia, há também a saída individual, quando o contrato social resulta em um Estado vicioso e assim se mantém.

Os principais galhos da árvore

Os principais galhos da árvore do sistema de Rousseau, através dos quais as estratégias de se libertar das misérias e dos vícios humanos são o Estado ilegítimo e o Estado legítimo. Na realidade, essas são as duas circunstâncias mais abrangentes nas quais o homem moderno é geralmente inserido. Grande parte das contradições apontadas na obra de Rousseau devem-se à falta de compreensão da enorme importância, em seu pensamento, das circunstâncias nas quais o homem se encontra para o entendimento de como o mesmo pode conduzir-se à virtude. Mudada a circunstância, tudo muda. Entendemos que a obra de

Rousseau visa fornecer princípios através dos quais as estratégias para se viver uma vida de virtude podem ser criadas, aplicando os princípios aos casos particulares. As estratégias apresentadas por Rousseau também não seriam as únicas possíveis, formando um rol meramente exemplificativo. Como principais estratégias, consideramos a do *Emílio* (ROUSSEAU, 2012e; 1995), a do *Contrato Social* (ROUSSEAU, 2012d; 1973), a da *Moral Sensitiva* (ROUSSEAU, 1964) e a dos *Devaneios* (ROUSSEAU, 2017)⁹.

Começaremos nossa exposição pela do *Contrato Social* (ROUSSEAU, 2012d; 1973), que seria a única de efeito coletivo. Neste livro, Rousseau nos fala sobre a instituição do Estado legítimo, que é, falando de forma muito resumida, aquele no qual o povo é o soberano e as leis são a livre expressão da vontade geral. O homem aqui firma um pacto social verdadeiro com todos os outros, através do qual ele recupera a sua liberdade, ganhando a condição de cidadão. No Estado legítimo, o homem imerge no Estado e basta para ele obedecer às leis, que são a expressão da própria virtude, para que seja virtuoso.

Segundo Rousseau, nos Livros IX das *Confissões* (ROUSSEAU, 1964), o *Contrato Social* faria parte de uma obra maior, denominada *Instituições Políticas*, da qual Rousseau, desistindo da empreitada por querer encerrar sua carreira, extraiu somente aquilo que considerou que pudesse ser isolado¹⁰. As *Instituições Políticas*, obra que deveria firmar sua reputação, era o livro no qual Rousseau trabalhava há mais tempo. A ideia básica era a de que toda a história da moral era determinada pela política, de modo que, independente da forma que procedesse, um povo sempre seria aquilo que a natureza do seu governo fez dele¹¹. Por isso, para Rousseau, a questão da melhor forma de governo reduzia-se à questão de saber “Qual é a natureza do governo capaz de fazer de um povo o mais virtuoso, o mais esclarecido, o mais sábio, o melhor dos povos, enfim, tomando esta palavra no seu mais vasto sentido?” (ROUSSEAU, 1964, p. 392). A partir dessa questão surgiam outras, como, por exemplo, o que seria a lei. Como podemos observar, tais questionamentos¹² formam o cerne do que posteriormente se tornou o *Contrato Social*.

9 Poderíamos incluir aqui a do amor e da amizade, mas como esta não é desenvolvida como uma ideia estritamente filosófica, mas como desejo de Rousseau nas *Confissões* (ROUSSEAU, 1964), não o fizemos.

10 No Livro X das *Confissões* (ROUSSEAU, 1964), Rousseau conta que, determinado a encerrar sua carreira e viver no campo, buscando uma renda pela venda dos seus livros que o sustentasse e convencido que o trabalho das *Instituições Políticas* ainda duraria muitos anos, renunciou a este livro e extraiu dele o que considerou poder ser isolado, queimando o resto e tendo como resultado o *Contrato Social* (ROUSSEAU, 2012d; 1973). O abandono nas *Instituições Políticas* e a separação da parte relativa ao *Contrato Social* é mostrada de maneira bem sumária na *Advertência* logo no início do *Contrato*, na qual Rousseau, em sua modéstia habitual, afirma ser o *Contrato* o trecho menos indigno de ir a público.

11 Observar a importância das circunstâncias no pensamento de Rousseau.

12 Sobre isso, Rousseau afirma ainda nas *Confissões* (ROUSSEAU, 1964): “Via que tudo isto me levava a grandes verdades, úteis à felicidade do gênero humano, mas sobretudo à da minha pátria, na qual, durante a

No texto introdutório do *Contrato Social* (ROUSSEAU, 2012d; 1973), Rousseau afirma o objetivo do livro:

Quero indagar se pode existir, na ordem civil, alguma regra de administração legítima e segura, tomando os homens como são e as leis como podem ser. Esforçar-me-ei sempre, nessa procura, para unir o que o direito permite ao que o interesse prescreve, a fim de que não fiquem separadas a justiça e a utilidade (ROUSSEAU, 1973, p. 21).

Ele afirma, nas *Cartas Escritas da Montanha* (ROUSSEAU, 2012h), que o *Contrato Social* expõe os fundamentos do governo, que são os mesmos para todos, melhor do que qualquer outro livro.

Devemos, contudo, salientar que este galho do Estado legítimo se subdivide em mais dois galhos: o do Estado legítimo em si mesmo e o dos princípios para aproximar um Estado ilegítimo de um legítimo. Os princípios de direito dos governos justos expostos no *Contrato Social* (ROUSSEAU, 2012d; 1973) não são meramente princípios, nem são uma utopia. No nosso entender, o *Contrato* nos fala de uma forma de governo possível para pequenos povos, que vivem em pequenos territórios e que não vivenciaram em grande medida o progresso. Este seria o caso de Genebra, e do qual aproximar-se-ia bastante a Córsega, país para o qual Rousseau começou a escrever o *Projeto de Constituição para a Córsega* (ROUSSEAU, 1915)¹³, que visava trazer os corsos para um Estado bem próximo ao descrito no *Contrato*. Em contrapartida, em países já constituídos, com muita história, grandes territórios e grande população, o *Contrato Social* passa a funcionar como princípios, como foi o caso da Polônia.

viagem que aí acabava de fazer, não encontrara as noções das leis e da liberdade suficientemente justas, nem suficientemente claras segundo os meus votos” (ROUSSEAU, 1964, p. 392).

13 Rousseau afirma nas *Confissões* (ROUSSEAU, 1964), Livro XII, que havia falado dos corsos no *Contrato Social* como um povo novo, o único da Europa ainda não gasto pela legislação e no qual dever-se-ia ter grandes esperanças se o mesmo encontrasse um sábio mentor. Alguns chefes corsos pediram a Rousseau algumas ideias sobre a República da Córsega. Monsieur Buttafuoco, de uma das principais famílias do país e capitão do regimento real italiano, assim como outros corsos, chegou a enviar para Rousseau várias peças sobre história da nação e a situação do país. O intuito de Rousseau era estudar o povo corso, seu solo e as relações necessárias a sua organização de perto, chegando a preparar-se para a viagem. Ele teme a vida ativa à qual teria que levar, falar, agir, tratar de negócios, coisa para a qual considerava não ter nascido, mas a considerava um dever. O projeto foi abandonado devido às perseguições que sofreu em Motiers e à dificuldade que seria a própria viagem. No próprio *Projeto de Constituição para a Córsega* (ROUSSEAU, 1915), o título já é explicativo do objetivo. Trata-se de uma obra inacabada, na qual Rousseau esboça um plano de governo bom para a Córsega. Partindo da observação de que o povo corso, no estado em que se encontrava, era felizmente disposto a uma boa administração, ele aplica os princípios do *Contrato Social* sem muitas adaptações. A ideia é que, segundo Rousseau, como o povo corso está em um estado favorável, ainda sem vícios, com vigor e saúde, um território pequeno e sem governo, basta-lhe combater os preconceitos e adotar um governo que o mantenha nesta condição. Os princípios que Rousseau estabelece como base à futura legislação da Córsega são: aproveitar seu povo e o seu local o mais possível, cultivar e manter suas próprias forças, não apoiar-se nos outros ou depender deles e não se maravilhar com os outros Estados.

Nas *Considerações sobre o Governo da Polônia* (ROUSSEAU, 2012a)¹⁴, nós podemos observar Rousseau buscando aproximar a constituição já existente do referido país dos princípios do *Contrato*, propondo ideias como o federalismo, a representação e uma educação bem diferente da do *Emílio*. Aqui não podemos entender que os poloneses tornar-se-iam plenamente virtuosos, pois a Polônia ainda manteria alguns defeitos, mas aproximar-se-iam, de forma coletiva, da virtude.

Este galho do Estado legítimo é uma via coletiva para a virtude. Todavia, há o segundo galho, o do Estado ilegítimo, que é uma via individual, do indivíduo tornar-se virtuoso apesar, e aqui devemos frisar bem esta palavra, do Estado. Este galho do Estado ilegítimo¹⁵ divide-se em mais três: o do *Emílio*, o da *Moral Sensitiva* e o dos *Devaneios*.

Começando pelo *Emílio* (ROUSSEAU, 2012e; 1995), a grande maioria dos erros de compreensão deste livro se deve à falta de entendimento das circunstâncias nas quais Emílio é educado. A cegueira das circunstâncias chega mesmo a confundir o intérprete sobre os próprios objetivos do livro. A ligação do *Contrato Social* (ROUSSEAU, 2012d; 1973) com o *Emílio* é evidente, mas os intérpretes, de forma geral, não têm sido bem sucedidos em estabelecê-la, preferindo muitas vezes separar as obras. Todavia, estes livros não podem ser separados, e o fato de o *Emílio* conter um resumo do *Contrato Social* corrobora isto. A ligação entre eles é mais simples do que parece: é a própria contraposição entre o Estado ilegítimo e o legítimo. O *Emílio* traz uma estratégia para se chegar à virtude, mas a educação do *Emílio* não é aquela a ser levada a cabo no Estado legítimo, nem é capaz de salvar um Estado ilegítimo, pois este tem um defeito estrutural que o torna incapaz de colocar o povo no comando das leis. Se, como na maioria dos casos, o homem vive sob um Estado ilegítimo, há a saída pela educação individual, que é a saída do *Emílio*, que, em última instância, é um livro que mostra como criar um indivíduo virtuoso em circunstâncias nas quais o homem é empurrado para os vícios.

14 Aqui também foi pedido a Rousseau ideias sobre como deveria ser a constituição de um Estado, desta vez a Polônia. Como a Polônia era uma nação já instituída e ele um estrangeiro que não a conhecia a fundo, Rousseau considerou que só poderia fornecer linhas gerais para esclarecer, mas não guiar, o instituidor da legislação. Diferentemente da Córsega, a Polônia era um Estado grande. Contudo, na observação de Rousseau da história polonesa, era um Estado grande mas que conseguia, em meio a muitas dissoluções, devastações e opressões, manter o seu vigor. Logo, o objetivo traçado foi corrigir os abusos da constituição da Polônia, mas manter aquilo que a fez ser o que era. A correção dos abusos estaria em colocar a lei acima dos homens e nos corações dos cidadãos. Neste livro há uma adaptação a uma situação particular dos princípios do *Contrato Social*, mas, como a Polônia é um Estado grande e cercado de outros também grandes e bélicos, as adaptações são bem maiores do que no caso da Córsega.

15 Não custa rememorar que o Estado ilegítimo é aquele que, no *Segundo Discurso* (ROUSSEAU, 2012b; 1999b), serviu para pôr fim ao estado de guerra, fazendo a manutenção das desigualdades entre os homens, que é a própria fonte dos vícios. Logo, não é possível no Estado ilegítimo a via coletiva para a virtude.

Nas *Confissões* (ROUSSEAU, 1964), Livro IX, Rousseau esclarece que o *Emílio* foi escrito com o objetivo de fornecer um sistema de educação a pedido de Madame de Chenonceaux, pois a educação que o marido desta senhora dava ao filho deles aterrorizava. Rousseau afirma o projeto não era muito de seu gosto, mas a “autoridade da amizade” (p. 397) o fez concluir a obra em uma época na qual ele já pensava em encerrar sua carreira. Outros livros mais a seu gosto, como as *Instituições Políticas* e a *Moral Sensitiva*, foram abandonados. No próprio *Emílio*, no prefácio, há uma confirmação disso: “Esta coletânea de reflexões e de observações, sem ordem e quase sem sequência, foi iniciada para agradar a uma boa mãe que sabe pensar. A princípio eu não projetara senão uma memória de algumas páginas; arrastando-me o assunto, sem que eu o quisesse, essa memória tornou-se insensivelmente uma espécie de obra grande demais, sem dúvida, pelo que contém, mas pequena demais pela matéria de que trata” (ROUSSEAU, 1995, p. 5).

Na *Carta a Beaumont* (ROUSSEAU, 2012g; 2001), Rousseau nos fala sobre os objetivos educacionais do *Emílio*, dizendo tratar-se de uma educação negativa, que, em vez de combater os vícios já formados, visava prevenir o nascimento dos mesmos contra a inadequabilidade das leis. De acordo com o seu princípio da bondade original do homem, fechando a entrada dos vícios, o homem permaneceria bom por toda a sua vida. Segundo Rousseau, a educação negativa é a melhor ou a única boa, pois a educação positiva percorre uma direção contrária a seus próprios objetivos.

No terceiro diálogo de *Rousseau Juge de Jean-Jacques* (ROUSSEAU, 2012j; 1990), Rousseau esclarece ainda mais os objetivos do *Emílio*, afirmando que o livro é simplesmente um tratado sobre a bondade original do homem, que mostra como o vício e o erro, não presentes na constituição do homem, vêm de fora do homem, das circunstâncias nas quais ele vive, e o alteram, o mudam.

No aspecto político, nos *Fragmentos da Carta a Beaumont* (ROUSSEAU, 2001), Rousseau descreve mais a fundo o que está em jogo no *Emílio*. Segundo o genebrino, ele penetrou a fundo no segredo dos governos e o revelou aos povos, não para que esses sacudissem o jugo, mas para tornarem-se homens novamente em meio à escravidão, para que, mesmo escravizados por seus mestres, eles não sejam escravizados pelos vícios, para que, se não podem ser cidadãos, que sejam sábios, reconhecendo apenas as leis da virtude e da necessidade, sendo, desta forma, livre e bom, mesmo na condição de escravo.

A parte sobre a *Profissão de Fé do Vigário Saboiano*, foi talvez a que mais trouxe complicações a Rousseau. Esta faria parte da educação do *Emílio*, seria a sua religião, mas

também se liga muito aos *Devaneios* (ROUSSEAU, 2017). Sobre o *Vigário Saboiano*, Rousseau afirma, na *Carta a Beaumont* (ROUSSEAU, 2012g; 2001), que o mesmo é composto de duas partes. A primeira, segundo ele a mais importante, visaria combater o materialismo moderno e estabelecer a existência de Deus e da religião natural. Esta parte, decisiva e dogmática, conteria o que é verdadeiramente essencial na religião. A segunda, mais curta, levanta dúvidas e dificuldades sobre revelações em geral, para mostrar que as provas que cada religião apresenta não são vistas com a mesma clareza aos olhos de pessoas de fora da religião em questão¹⁶.

Nos *Devaneios* (ROUSSEAU, 2017), *Terceira Caminhada*, Rousseau afirma que o *Vigário* foi a expressão do resultado de penosas investigações da natureza com a finalidade de conhecer a si mesmo, esclarecer-se interiormente, conhecer o verdadeiro fim da vida e, assim, orientar-se na vida e levar um conhecimento na morte. Rousseau, como mostrado nas *Confissões* (ROUSSEAU, 1964), passou em sua vida por uma mudança intencional exterior e interior. A mudança exterior envolveu mudanças de vestuário e reclusão, a interior foi a submissão do seu íntimo a um verdadeiro exame. Isso tudo se ligava a atingir princípios fixos de fé, opinião e conduta, que os orientasse ao longo de sua vida. Como podemos ver nas *Confissões*, esta mudança exterior, no sentido do isolamento, foi bastante árdua para Rousseau, que, além de não possuir uma renda mínima para tanto, sempre se via envolvido nos problemas trazidos pelas reações aos seus escritos.

A saída pela *Moral Sensitiva* (ROUSSEAU, 1964) difere do *Emílio* por tratar não da educação de uma criança nascida em um Estado ilegítimo, na qual seria possível criá-lo aparte dos vícios sociais, mas de um indivíduo já formado, já cheio de tentações que os levam a atos viciosos, um indivíduo já em contradição entre o seu querer e os deveres que assume. O tema da moral sensitiva é de uma importância ímpar para a compreensão do todo da obra de Rousseau, especialmente no que se refere à ética, mas muito difícil por tratar-se de um livro cujo projeto foi abandonado e cujos rascunhos foram roubados. A via da moral sensitiva é o próprio indivíduo alterar as circunstâncias na qual se encontra de forma a agir nas causas dos desejos que o levam aos vícios, de forma a dissolver esses desejos.

Nas *Confissões* (ROUSSEAU, 1964), Livro IX, Rousseau afirma que queria escrever um livro de fato útil, um dos mais úteis. O plano foi traçado: Os homens, no decurso de suas vidas, tornam-se dissemelhantes a eles próprios, parecendo transformar-se em homens completamente diferentes. Logo, procurando as causas de tais variações e interessando-se por

16 Nas *Cartas Escritas da Montanha* (ROUSSEAU, 2012h), Rousseau afirma que a profissão de fé do *Vigário* concorda com a da *Heloísa*, e que uma pode ser entendida pela outra.

aquelas que dependem de nós mesmos, podemos dirigi-las de modo a que nos tornemos mais confiantes de que podemos vencer nossos desejos. Segundo Rousseau, é mais fácil mudar ou modificar os desejos nas suas origens, se estivermos em condições de remontar às mesmas, do que resistir a desejos completamente formados. O homem tentado resiste uma vez e sucumbe na outra, na primeira porque é forte, na segunda, com a ação da dissemelhança referida anteriormente, porque é fraco.

A partir dessa ideia, Rousseau, sondando a si mesmo e aos outros a respeito das causas que levam a estas diferentes maneiras de ser, achou que as mesmas dependiam em grande medida da impressão interior causada pelos objetos exteriores. O homem seria modificado constantemente pelos seus sentidos e seus órgãos, levando consigo o efeito de tais modificações nas suas ideias, nos seus sentimentos e nas suas ações. A partir dessa descoberta, Rousseau acreditava ser possível fornecer aos homens um regime exterior capaz de, baseado na variação de acordo com as circunstâncias, colocar a alma no estado mais favorável à virtude, salvando, dessa forma, a razão de desvios, impedindo os vícios de nascerem, forçando a economia animal a favorecer a ordem moral. Como tudo age no corpo do homem, como os climas, as estações, os sons, as cores, a obscuridade, a luz, os elementos, os alimentos, o barulho, o silêncio, o movimento e o repouso, e, em consequência, na alma deste, tudo fornece a ele mil ensejos para governar os sentimentos pelos quais ele se deixa dominar ainda em sua origem.

Para Rousseau, a *Moral Sensitiva* teria efeito seguro para as pessoas de bem que desconfiam não ter a força necessária, mas amam a virtude com sinceridade (ROUSSEAU, 1964; Livro IX). O rascunho da *Moral Sensitiva* desapareceu enquanto os papéis de Rousseau estiveram no castelo de Luxemburgo (ROUSSEAU, 1964; Livro XII).

Podemos observar que o *Emílio* (ROUSSEAU, 2012e; 1995) e o *Contrato* (ROUSSEAU, 2012d; 1973) têm uma estrita ligação com a *Moral Sensitiva*, já que é a ação nas circunstâncias que determina a via para a virtude. Contudo, entendemos que a *Moral Sensitiva* seria uma via mais direcionada àquele indivíduo que costumamos chamar o homem médio, o homem de bem, que possui uma vida cotidiana, que trabalha, tem família, que assumiu deveres para si, resultados de uma vida que chamamos vida comum. A moral sensitiva também tem uma forte ligação com os *Devaneios* (ROUSSEAU, 2017), mas estes já dizem respeito a uma saída bem mais radical.

A saída dos *Devaneios* (ROUSSEAU, 2017) é a saída mais radical de todas, pois ela é a própria autoexclusão da sociedade. Rousseau, após desistir da via da amizade e do amor¹⁷, busca o isolamento, só conseguindo na velhice. É importante salientar que os *Devaneios* não são simplesmente o isolamento da sociedade, mas a pura expressão da religião natural. É isolamento da sociedade e imersão na natureza, na qual o homem, contemplando o Todo natural, deixa desvanecer o seu sofrimento e mergulha a fundo no conhecimento de si mesmo através da contemplação dos seus livres pensamentos (que aqui são chamados “devaneios”), atingindo, quando as paixões se silenciam e os devaneios se calam, seu eu mais original, aquele que é misturado ao Todo, que contém o Todo em si mesmo, e apenas contempla o fluxo contínuo da realidade.

Nos *Devaneios*, Rousseau se pergunta o que ele é, agora que está afastado dos homens. Esse livro trata dessa busca por si mesmo, que deve ser precedida por um exame da condição de recluso na qual se encontrava. O registro das contemplações de Rousseau foi realizado através de suas caminhadas e dos devaneios que surgiam durante as mesmas, nos quais sua mente era livre e ele era ele mesmo. Este livro também marca um abandono de reconduzir o público para o lado dele¹⁸.

Rousseau considera os *Devaneios* um retorno e uma retomada do exame severo de si mesmo que havia feito nas *Confissões*, no intuito de estudar a si mesmo, conversar com sua alma, refletir sobre suas disposições interiores, colocando-as em ordem, corrigindo o mal que ainda restar. O texto, um diário disforme dos seus devaneios, com pouco encadeamento, sem ordem e método, serviria para registrar suas contemplações e retomar o prazer que sentiu durante as mesmas quando as ler. Os *Devaneios*, segundo ele, podem ser considerados um apêndice das *Confissões*, mas com outro título, pois já não haveria mais nada a confessar. É,

17 Podemos entender que esta via, mostrada incessantemente nas *Confissões* (ROUSSEAU, 1964), que consiste em amenizar os sofrimentos trazidos pelos vícios da sociedade através de uma amizade ou de um amor onde reinariam a inocência, os bons sentimentos e as boas intenções, como mais uma das estratégias apontadas por Rousseau. O romance *Júlia* (ROUSSEAU, 1997) é muito sobre isso, onde Rousseau seguiu esta via, já exercitando os devaneios, de forma imaginária, para das vazão ao seu impulso de amar. Também tem alguma relação com a fase da pequena aldeia do *Segundo Discurso* (ROUSSEAU, 2012b; 1999b) e com a parte onde ele identifica a época mais feliz de sua vida nas *Confissões*, quando viveu no campo com Madame de Warens. Decidimos apenas mencionar esta via nesta nota por ser esta apenas expressa como um desejo de Rousseau nas *Confissões*, não fazendo parte propriamente de textos ou passagens de expressão filosófica, mas não deixa de ser uma possibilidade de trabalho.

18 Nas *Confissões* (ROUSSEAU, 1964) e em *Rousseau Juge de Jean-Jacques* (ROUSSEAU, 2012j; 1990), há a esperança de reconduzir o público, não os intelectuais, mas o público mais geral, de volta para o seu lado. Nas *Confissões*, este desejo dirige-se a um tempo mais próximo à sua vida. Em *Rousseau Juge de Jean-Jacques*, às próximas gerações. Nos *Devaneios* (ROUSSEAU, 2017), Rousseau já não acredita que seu nome passará à posteridade e passa a escrever para si mesmo, para ele mesmo lembrar seus devaneios e seus passeios mais felizes. É a expressão mais radical da própria filosofia.

diferentemente, um exame da situação singular da inatividade do corpo aumentar a vida interna e moral da alma.

Entendemos que a via dos *Devaneios* é a saída mais radical encontrada em Rousseau e que é a expressão mais pura da filosofia de Rousseau como uma filosofia antiga, do conhecer-se a si mesmo e do filosofar como aprender a morrer, mas com o viés mais moderno que poderia haver, que é o voltar-se à natureza. Também entendemos esta via como uma expressão do estoicismo, do encontro da felicidade em si mesmo, e como, dentro do pensamento de Rousseau, a via que resta àquele não deseja mais nada de exterior. É também uma expressão do romantismo, mas sem os deméritos atribuídos a esta palavra. Contudo, estas categorizações, como dissemos anteriormente, não possuem nenhuma importância. A filosofia de Rousseau é a filosofia no seu sentido mais original, é a pura filosofia. Os *Devaneios* são os princípios de Rousseau aplicados à sua vida particular, não existe contradição entre a sua filosofia e a sua vida. Pelo contrário, a filosofia de Rousseau é mais complexa do que se imagina, é uma filosofia como modo de vida, de princípios gerais capazes de orientar os homens nas situações particulares, coletiva ou individualmente. No caso de Rousseau, ele enfrentou uma das situações mais difíceis imagináveis (e continuou em busca da virtude e encontrou a felicidade), a de ser conhecido em toda a Europa como alguém que trazia em si um pecado, um pecado imperdoável, que é simplesmente o de ter afirmado que o homem é originalmente bom.

Considerações finais

Estas considerações finais devem funcionar como uma espécie de posfácio. O pecado original do próprio Rousseau não deixa de ser aquele de todos os verdadeiros filósofos. O fato de plantar uma semente de uma árvore de espécime diferente em uma floresta composta apenas de árvores decadentes de uma mesma espécie é um pecado que tende à eternidade, pois, por mais que golpeemos o tronco e derrubemos toda a copa, as raízes continuam a se espalhar e novas sementes caem pelo chão. Por mais que a nova espécime não pareça contribuir para embelezar a floresta logo de início, é devido a ela que o homem que erra pelos campos encontra folhas para catalogar. O pecado, portanto, dissolve-se no futuro. Mas que futuro?

Cada uma das árvores que já existiram e cada um dos homens que já errou pelos campos fazem parte de um mesmo Todo, uma mesma natureza que desconhece o passado e o

futuro e que não tem pecados. É dali que todos viemos, é ali onde permanecemos e é para lá que todos vamos.

O nome “Jean-Jacques Rousseau” já atravessou três séculos sem que nenhum esforço pudesse abafá-lo. Isso não significa que não poderá desaparecer no próximo. Mas teria isso realmente grande importância? Ousaríamos dizer que nenhuma. O que importa é que uma semente foi plantada à beira de uma trilha capaz de conduzir os homens pelos campos, para fora do som e da fúria nos quais nos desenvolvemos imersos, mas que um dia não estivemos.

REFERÊNCIAS

- BURKE, E. Reflections on the Revolution in France. In: _____. *Select Works of Edmund Burke* – vol. 2. Indianapolis: Liberty Fund, 1999.
- DE MAISTRE, J. *Against Rousseau*. Montreal; London; Buffalo: McGill-Queen’s University Press, 1996.
- FRIEDLANDER, E. *J. J. Rousseau: An afterlife of words*. Cambridge (Massachusetts); London: Harvard University Press, 2004.
- GAUTHIER, D. *Rousseau: The sentiment of existence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- GAY, P. Introdução. In: CASSIRER, E. *A Questão Jean-Jacques Rousseau*. São Paulo: Unesp, 1999.
- GOLDSCHMIDT, V. *Les Principes du Système de Rousseau*. 2 ed. Paris: Vrin, 1983.
- LANSON, G. The Unity of Jean-Jacques Rousseau’s Thought. In: SCOTT, J. *Jean-Jacques Rousseau: Critical assessments of leading political philosophers* – vol. 1. London; New York: Routledge, 2006.
- MARKS, J. *Perfection and Disharmony in the Thought of Jean-Jacques Rousseau*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- McDONALD, C. Introduction. In: McDONALD, C; HOFFMAN, S. *Rousseau and Freedom*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- O’HAGAN, T. *Rousseau*. London; New York: Routledge, 1999.
- _____. Taking Rousseau Seriously. *History of Political Thought*, v. 25, n. 1, p. 73-85, 2004.
- PUTTERMAN, E. *Rousseau, Law and the Sovereignty of the People*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

ROUSSEAU, J-J. *As Confissões*. 2 ed. Lisboa: Portugália, 1964.

_____. *Considérations sur le Government de Pologne, et sur sa Réformation Projetée*. In:

_____. *Collection Complète des Oeuvres de Jean-Jacques Rousseau* – vol. 1. 2012a (Édition

em www.rousseauonline.ch). Disponível em:

<<http://www.rousseauonline.ch/Text/considerations-sur-le-gouvernement-de-pologne-et-sur-sa-reformation-projetee.php>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

_____. *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens*. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

_____. *Discurso sobre as Ciências e as Artes*. In: *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens*. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

_____. *Discours sur l'Origine et les Fondemens de l'Inégalité Parmi les Hommes*. In:

_____. *Collection Complète des Oeuvres de Jean-Jacques Rousseau* – vol. 1. 2012b (Édition

em www.rousseauonline.ch). Disponível em:

<<http://www.rousseauonline.ch/Text/discours-sur-l-origine-et-les-fondemens-de-l-inegalite-parmi-les-hommes.php>>. Acesso em: 04 mar. 2018.

_____. *Discours sur la Economie Politique*. In: _____. *Collection Complète des Oeuvres de Jean-Jacques Rousseau* – vol. 1. 2012c (Édition em www.rousseauonline.ch).

Disponível em: <<http://www.rousseauonline.ch/Text/discours-sur-l-economie-politique.php>>.

Acesso em: 06 mar. 2018.

_____. *Do Contrato Social ou Princípios do Direito Político*. São Paulo: Abril Cultural. Os Pensadores, 1973.

_____. *Du Contrat Social, ou Principes du Droit Politique*. In: _____. *Collection Complète*

des Oeuvres de Jean-Jacques Rousseau – vol. 1. 2012d (Édition em www.rousseauonline.ch).

Disponível em: <<http://www.rousseauonline.ch/Text/du-contrat-social-ou-principes-du-droit-politique.php>>. Acesso em: 02 mar. 2018

_____. *Emile ou de l'Education*. In: _____. *Collection Complète des Oeuvres de Jean-*

Jacques Rousseau – vol. 5. 2012e (Édition em www.rousseauonline.ch). Disponível em:

<<http://www.rousseauonline.ch/Text/volume-5-emile-ou-de-l-education-tome-ii.php>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

_____. *Emílio ou Da Educação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. *Julie or the New Heloise: Letters of two lovers who live in a small town at the foot of the alps*. Hanover; London: University Press of New England, 1997.

_____. Le Devin du Village. In: _____. *Collection Complète des Oeuvres de Jean-Jacques Rousseau* – vol. 8. 2012f (Édition em ligne www.rousseauonline.ch). Disponível em: <<http://www.rousseauonline.ch/Text/le-devin-du-village.php>>. Acesso em: 04 mar. 2018.

_____. 2001. *Letter to Beaumont, Letters Written from the Mountain, and Related Writings*. Hanover; London: University Press of New England.

_____. Lettre a Christophe de Beaumont. In: _____. *Collection Complète des Oeuvres de Jean-Jacques Rousseau* – vol. 5. 2012g (Édition em ligne www.rousseauonline.ch). Disponível em: <<http://www.rousseauonline.ch/Text/lettre-a-christophe-de-beaumont.php>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

_____. Lettres Écrites de la Montagne. In: _____. *Collection Complète des Oeuvres de Jean-Jacques Rousseau* – vol. 6. 2012h (Édition em ligne www.rousseauonline.ch). Disponível em: <<http://www.rousseauonline.ch/Text/lettres-ecrites-de-la-montagne.php>>. Acesso em: 09 mai. 2018.

_____. Narcisse ou L'amant de Lui-même. In: _____. *Collection Complète des Oeuvres de Jean-Jacques Rousseau* – vol. 8. 2012i (Édition em ligne www.rousseauonline.ch). Disponível em: <<http://www.rousseauonline.ch/Text/narcisse-ou-l-amant-de-lui-meme-comedie.php>>. Acesso em: 04 mar. 2018.

_____. *Os Devaneios do Caminhante Solitário*. Porto Alegre: L&PM, 2017.

_____. Projet de Constitution pour la Corse. In: *The Political Writings of Jean Jacques Rousseau* – Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1915.

_____. *Rousseau Judge of Jean-Jacques*. Hanover; London: University Press of New England, 1990.

_____. Rousseau Juge de Jean-Jacques. In: _____. *Collection Complète des Oeuvres de Jean-Jacques Rousseau* – vol. 11. 2012j (Édition em ligne www.rousseauonline.ch). Disponível em: <<http://www.rousseauonline.ch/Text/volume-11-rousseau-juge-de-jean-jacques-dialogues.php>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

_____. *Textos Autobiográficos e Outros Escritos*. São Paulo: Unesp, 2009.

SHKLAR, J. *Men and Citizens: A study os Rousseau's social theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SIMPSON, M. *Rousseau's Theory of Freedom*. London; New York: Continuum, 2006.